assinalando que o cacau cabruca – perto de 40% da área do produto – será preservado.

Para compensar a queda nas entregas, a Delfi precisou recorrer a amêndoas de boa qualidade e de origem socioambiental responsável de outros produtores e cooperativas, diz Patrícia Moles, diretora-geral da Delfi no Brasil. A Delfi prevê comprar este ano 300 toneladas de cacau certificado das duas empresas baianas, 200 a menos que em 2011. Graças ao acordo com os japoneses, é possível pagar aos produtores um adicional de 30% no ágio já pago sobre o preço do cacau baiano.

Mas a valorização do selo ainda enfrenta barreiras. "A indústria brasileira de chocolate não se mostra disposta a pagar prêmios pelo produto certificado", observa Couto. Nas suas exportações diretas para a indústria de chocolate fino, a M. Libânio também não é recompensada. "Os importadores europeus não pagam acréscimo específico pelo selo", reclama Eimar Sampaio, diretor da M. Libânio.

Uma das estratégias para ampliar a oferta de cacau com o selo é efetuar a certificação em grupo para cooperativas de pequenos produtores. Há a expectativa de que o Imaflora certifique até o próximo ano grupos de produtores das cooperativas de Gandu (Bahia) e de São Félix do Xingu (Pará).

No processo de preparação das cooperativas para a certificação, um dos destaques é a instalação de estufas solares para a secagem das amêndoas no lugar do uso de lenha. Além da assistência técnica do Imaflora, os dois projetos também contam com apoio da Delfi, que já compra cacau das duas cooperativas pagando preços superiores aos de mercado. No caso da cooperativa de Gandu, há, ainda, a parceria com o Instituto Cabruca, de Ilhéus (BA), cujo objetivo é incentivar a manutenção do sistema cabruca como meio de proteger a Mata Atlântica.

ENTREVISTA **YOON SEUNG-JOON**

# CARTÃO NA COREIA DO SUL INCENTIVA O CONSUMO VERDE

O governo da Coreia do Sul notabiliza-se mundialmente por suas políticas de estímulo à produção e ao consumo de produtos verdes. No coração dessas políticas, encontra-se o Instituto de Tecnologia e Indústria Ambiental da Coreia do Sul (Keiti, na sigla em inglês), que, entre outros objetivos, promove a exportação de tecnologias limpas e o desenvolvimento de projetos de certificação e incentivo ao consumo sustentável, como o cartão de crédito verde. O presidente do Keiti, Yoon Seung-Joon, falou sobre o cartão a Página22 logo após um painel de alto nível sobre produção e consumo sustentáveis durante a Rio+20. ***JAGP***

**Quem está promovendo o cartão de crédito verde?**
O Ministério do Meio Ambiente e meu instituto conceberam a ideia, mas a operacionalização do cartão foi discutida com instituições financeiras, fabricantes de produtos verdes, lojas de departamentos e varejistas em geral. O governo editou regulamentos para a emissão desse cartão, mas ele é operado pelas companhias de cartões de crédito.

**Há informações sobre a adesão da população a esse cartão?**
O cartão foi lançado em julho de 2011. Em apenas 11 meses, 3 milhões de cartões foram emitidos. O número representa 12% da força de trabalho de nosso país, que beira 25 milhões de pessoas. Há cerca de 2.000 tipos de cartões crédito circulando no mercado. O cartão que era mais popular entre os sul-coreanos possui 300 mil usuários. Portanto, o cartão verde já supera em dez vezes o cartão mais popular da Coreia do Sul.

**Como é o sistema de pontuação do cartão?**
Há três tipos pontuação. O consumidor ganha pontos no cartão quando economiza eletricidade, água e gás em sua casa, reduzindo emissões de gases de efeito estufa. Também ganha pontos quando utiliza o transporte público e compra produtos verdes.

**O que as pessoas fazem com os pontos?**
Elas podem trocar os pontos por dinheiro no caixa eletrônico dos bancos. Ou pode usá-los para pagar impostos e contas. Ou pode doar para campanhas ambientais.

**Existem outros países que também adotaram esse tipo de cartão?**
Creio que é o primeiro cartão desse tipo no mundo. Aqui, na Rio+20, houve grande interesse de alguns países pela ideia, como Taiwan.

**Além do cartão de crédito verde, o governo criou outros instrumentos para incentivar o consumo de produtos mais sustentáveis?**
Temos uma política de compras públicas sustentáveis. Uma lei nacional de 2005 obriga organizações públicas a comprar produtos verdes. Isso inclui os governos central e locais, escolas públicas e companhias estatais.

**No Brasil, um entrave às compras públicas sustentáveis é o temor de o funcionário público de ser acusado de comprar produtos mais caros. Como esse aspecto é tratado por vocês?**
A lei determina a aquisição de produtos verdes pelas entidades públicas, mesmo que sejam mais caros. De qualquer maneira, hoje há mais concorrência entre fabricantes de produtos verdes e metade dessas mercadorias é vendida a preços similares aos dos produtos convencionais. Duas décadas atrás, quando introduzimos o esquema de selos ecológicos, a situação era muito diferente. Os produtos eram mais caros e de baixa qualidade. Isso mudou completamente.